

CPI pode analisar venda de dossiê

Vice-presidente da comissão do Congresso Nacional que investiga a máfia das ambulâncias, Raul Jungmann defende a prisão de donos da Planam, acusados de tumultuar os trabalhos. No Plenário, escândalo é comentado pelos senadores Heráclito Fortes e José Jorge. **Páginas 3 e 4**



Célio Azevedo

Parlamentares da CPI dos Sanguessugas podem ouvir acusados no episódio da suposta venda de dossiê, que está sendo investigado pela Polícia Federal

Comissão examina projeto que institui a licença parental **Página 2**

Proposta de Renan disciplina pagamento de precatórios **Página 2**

Mesquita Júnior quer jovens em serviço de extensão rural **Página 4**



Geraldo Magela

Sérgio Penna (em pé), consultor-chefe, dirige uma equipe de 180 profissionais

Consultoria Legislativa, o ponto de apoio da atividade parlamentar

A atividade dos parlamentares no Plenário ou nas comissões permanentes ou temporárias se apóia em grande parte na Consultoria Legislativa. São 180 profissionais ocupados em trabalhos como elaboração de projetos, pareceres e pronunciamentos. **Página 3**

O governador do Pará, Simão Jatene (na foto, à direita), visita o estande do Senado na Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém, e é presenteado com um exemplar da obra *No Brasil do Rio São Francisco ao Amazonas*, escrita por Paul Walle em 1910.

Página 3



Roberto Homem

Coerente com a solução encontrada em países como Itália, Portugal e França, projeto de Valadares atribui direito tanto ao pai como à mãe

Trabalhadores podem ter nova licença para cuidar de filhos

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto que acrescenta à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a licença parental, por meio da qual o empregado terá direito à licença-paternidade por todo o período da licença-maternidade ou pela parte restante que dela caberia à mãe, em caso de morte, grave enfermidade, abandono da criança ou de guarda exclusiva do filho pelo pai (PLS 165/06). A matéria encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e é relatada pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR).

Além de modificar a CLT (Decreto-Lei 5.452/43), o projeto altera artigos e acrescenta novos dispositivos à Lei 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, como forma de assegurar o recebimento do salário parental pelos trabalhadores, a exemplo do que já ocorre com o salário-maternidade.

Na justificativa do projeto, Valadares argumenta que legislações de países avançados, como Itália, Portugal e França, prevêm, além da licença-maternidade propriamente dita, períodos de afastamento para o cuidado dos filhos, que podem ser gozados tanto pelo pai quanto pela mãe.

– Nessa ótica legislativa, os filhos são vistos como responsabilidade do casal e não exclusivamente da mulher. A proteção é direcionada para a família, e não para o mercado de trabalho da mulher, de modo a evitar mais



Filhos são responsabilidade do casal, prevê texto de Valadares, em exame na CAS

discriminação salarial em relação às trabalhadoras – explica o senador.

Limites

A licença parental, de acordo com o projeto, estará assegurada aos empregados nas seguintes modalidades: à empregada, transcorrido o período da licença-maternidade, por um período contínuo ou fracionado de quatro meses; ao empregado, a partir do nascimento do filho, por um período ininterrupto ou fracionado não superior a quatro meses.

Em relação ao salário parental, o projeto estabelece que o benefício constituirá uma renda mensal equivalente a 30% da remuneração integral do trabalhador, a ser paga diretamente pela Previdência Social. A empresa poderá compensar o pagamento do benefício no momento do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados a pessoa física, a

qualquer título.

De acordo com a proposição, se a criança tiver entre seis e 12 anos de idade no ato de adoção ou da concessão da guarda judicial, a licença parental deverá ser gozada nos três primeiros anos do ingresso do menor no núcleo familiar.

Prolongamento

O projeto estabelece ainda que os empregados com filho menor e portador de deficiência terão o direito ao prolongamento da licença parental em até três anos, desde que o filho não esteja internado em instituições especializadas em período integral. Nas empresas com mais de 50 funcionários, o empregado responsável por menor de até três anos de idade, portador de deficiência física, sensorial, mental ou de doença que exija tratamento continuado, poderá optar entre o prolongamento da licença ou ausências do local de trabalho por até dez horas, durante a jornada semanal, sem prejuízo da remuneração.

Segundo Valadares, a legislação deve fixar medidas de proteção à mulher, mas que não se voltem contra a trabalhadora, “constituindo óbice à inserção da mulher no mercado de trabalho, contribuindo para o estigma da força de trabalho de segunda categoria”, argumenta. O parlamentar defende o direcionamento do foco para a família, dentro da noção de que a responsabilidade pelo lar é de homens e mulheres.

Proposta para viabilizar pagamento de precatório em exame da CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar ainda este ano proposta de emenda à Constituição destinada a sanar a difícil situação em que se encontram estados e municípios sem recursos para pagar precatórios – decisões judiciais irrecorríveis que obrigam a Fazenda Pública a quitar dívidas. A matéria é relatada na CCJ pelo senador César Borges (PFL-BA).

Autor da proposta (PEC 12/06), o presidente do Senado, Renan Calheiros, diz que o problema assumiu relevância em razão do enorme volume de precatórios não pagos que, só em 2004, somavam R\$ 61 bilhões. Na justificativa da matéria, ele observa que 73% desses débitos são de responsabilidade dos estados, que apresentam, em média, 85% de comprometimento da receita corrente líquida. Ou seja, do total de recursos, restam apenas 15% para outros gastos e investimentos.

O senador lembra que, no ano passado, foram promovidas



Projeto de Renan visa à busca de alternativas para estados e municípios

reuniões para buscar alternativas comuns a todos os envolvidos com essas dívidas. Sua proposta, disse, objetiva contribuir para a solução do problema.

O texto acrescenta um parágrafo ao artigo 100 da Constituição, para determinar que os pagamentos de precatórios somente ocorrerão após prévia compensação de valores quando o credor originário possuir débito na dívida ativa da Fazenda Pública, desde que a execução fiscal não esteja embargada e desde que a sentença tenha transitado em julgado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão não-deliberativa

Os senadores José Jorge (PFL-PE), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Ney Suassuna (PMDB-PB) estão inscritos para discursar na tribuna. Destinada a pronunciamentos de parlamentares e a comunicados da Mesa, a sessão do Plenário do Senado, com início às 14h, será não-deliberativa, ou seja, não haverá votação de matérias.

Conselho de Ética vota relatório e toma depoimentos

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar promove reunião amanhã, às 10h, para apresentação do relatório de Jefferson Péres (PDT-AM) sobre o processo contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Também estão previstos depoimentos de pessoas relacionadas às denúncias contra os senadores Magno Malta (PL-ES), às 12h, e Serys Slhessarenko (PT-MT), às 15h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Geraldo Mesquita Júnior

Consultoria Legislativa atua em 32 áreas de especialização

Grande parte do capital intelectual do Senado está no trabalho dos consultores, que auxiliam os senadores na tarefa de elaborar as matérias que vão mudar o dia-a-dia da população.

A Consultoria Legislativa é um órgão de assessoramento superior do Senado, vinculado à Mesa. Produz todo tipo de matéria legislativa, como projetos de lei, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução e propostas de emenda à Constituição. Também elabora estudos, pareceres, notas informativas e pronunciamentos para os parlamentares.

Administrativamente, o setor está organizado em quatro núcleos (Direito, Economia, Social e de Pronunciamentos), divididos em 32 áreas das mais diversas especialidades. Sérgio Penna, consultor-geral legislativo, explica como é a rotina desses cerca de 180 profissionais.

– Se um consultor precisa fazer um trabalho, ele corre atrás da informação e, nesse processo, acaba fazendo a interlocução com Executivo, Judiciário, Câmara, legislativos estaduais e municipais, além das universidades.

De acordo com Sérgio, o trabalho de assessoramento permanente às comissões técnicas do Senado e às CPIs está entre as atividades que consomem mais

energia da equipe. Mas ele disse ter sido na Constituinte de 1988 que o órgão mais se destacou.

Os consultores do Senado são muito solicitados para palestras e cursos junto ao programa Interlegis, que liga o Senado aos legislativos estaduais e municipais. Assim, o trabalho por eles desenvolvido acaba se espalhando pelo país, através das assembleias legislativas e câmaras municipais. Além disso, os profissionais da Consultoria podem expressar suas idéias a respeito de um determinado assunto estudado para um trabalho, por meio dos chamados “Textos para Discussão”, distribuídos por mala-direta para senadores e outras autoridades.

– Sempre que um consultor trabalha com algum tema de destaque, de interesse mais amplo, como a reforma do Judiciário ou a Lei de Falências, por exemplo, ele aproveita toda a experiência adquirida no trabalho com aquele tema e escreve um texto descrevendo como foi a tramitação do projeto, quais são os interesses envolvidos, qual é o embasamento técnico por trás da proposta, críticas e sugestões – explica o consultor Marcos Mendes.

Os “Textos para Discussão” ficam disponíveis no *site* da Consultoria, no endereço www.senado.gov.br/conleg.

Geraldo Magela



Consultoria: assessoramento na construção da democracia e difusão do conhecimento

Jungmann, vice-presidente da CPI dos Sanguessugas, defende a avaliação do documento em poder da Polícia Federal para decisão sobre a possível convocação de envolvidos



Célio Azevedo

Os trabalhos da comissão, na avaliação de Jungmann (3º à direita), estão sendo tumultuados por Luiz Antônio e Darci Vedoin

CPI busca informações na polícia e pode investigar venda de dossiê

O deputado Raul Jungmann (PPS-PE), vice-presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, disse que a comissão deve avaliar a possibilidade de investigar o escândalo em torno de um dossiê que teria sido negociado entre o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, sócio-proprietário da Planam, e pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores. O dossiê, agora em poder da Polícia Federal, conteria informações e imagens suficientes para ligar o candidato a governador de São Paulo pelo PSDB, José Serra,

à máfia das ambulâncias.

– Dentro do seu objeto de investigação, a CPI deve levar em conta tudo o que for dito em juízo e tudo o que tiver comprovação – explicou Jungmann antes de se dirigir à sede da Polícia Federal, em Brasília, para tomar pé do que foi apurado sobre o caso. O deputado informou que também procuraria informações sobre o caso com a Justiça Federal e o Ministério Público. Jungmann comentou que pessoalmente é, em tese, favorável à oitiva de envolvidos com o dossiê, mas observou que isso depende da aprovação

de requerimentos convocando ex-ministros da Saúde, entre eles Serra, e de decisões sobre novas convocações que podem ser tomadas em reunião administrativa da CPI na tarde de hoje. O deputado defendeu ainda a prisão de Luiz Antônio Vedoin e de seu pai, Darci, por entender que estão tumultuando os trabalhos da CPI. O primeiro, na opinião de Jungmann, também deveria perder o direito à delação premiada concedido pela Justiça Federal. – Eles estão agindo como pistoleiros de aluguel – afirmou.

Governador do Pará visita estande do Senado na Feira Pan-Amazônica do Livro

O governador do Pará, Simão Jatene, visitou o estande do Senado Federal na Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém, na última sexta-feira, quando recebeu um exemplar do livro *No Brasil do Rio São Francisco ao Amazonas*, de Paul Walle, um dos títulos editados pela Casa.

Na obra, de 1910, doada ao governador pelo vice-coordenador da Comissão de Feiras do

Livro do Senado, Evaldo Gomes Carneiro Filho, Walle escreveu: “Poucos estados são menos conhecidos pelos habitantes do Sul do Brasil do que o Pará e o Amazonas. Muitos preconceitos e opiniões seculares desfavoráveis parecem ter sido conservados a propósito do clima, das pessoas e das coisas da Amazônia”. Segundo Paul Walle constatou em sua expedição, apesar dos pro-

gressos consideráveis que o Pará e o Amazonas já experimentavam àquela época, a região inteira ainda se conservava para muitos brasileiros e para os estrangeiros como uma região de florestas, de índios e de seringueiras, “ou de árvores de cautchu (seringueira), exploradas por uma população de indígenas anêmicos”, escreveu.

Em uma obra anterior chamada *Do Uruguai ao Rio São*

Francisco, Paul Walle descreveu diversos estados do Sul do Brasil, cumprindo missão confiada pelo ministro do Comércio francês e pela Sociedade de Geografia Comercial de Paris. Nas duas viagens, ele estudou os progressos, os recursos e a situação econômica dos estados brasileiros e examinou os métodos comerciais empregados pelo país.

“Neste segundo volume, apre-

sentamos um sumário, o mais completo possível, dos estados do litoral norte e do extremo norte, dos quais pouco se fala e que costumam ser muito descurados pelos viajantes, embora tais regiões, em sua maior parte, mereçam atrair e reter a atenção dos europeus, graças à importância de seus recursos e ao futuro que lhes está reservado”, escreveu Walle.

Parlamentar diz que compra de documentos contra José Serra, candidato tucano ao governo de São Paulo, "tem a finalidade exclusiva de enganar a opinião pública"

Heráclito repudia grampo no TSE e dossiê com fins eleitorais

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu ontem, em discurso no Plenário, investigação sobre os grampos descobertos em gabinetes de ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e condenou a suposta tentativa de compra de dossiê, por parte de integrantes do PT, contra o candidato ao governo de São Paulo José Serra.

– É lamentável! Compra de dossiês adrede preparados para uso em propaganda eleitoral, com a finalidade exclusiva de enganar a opinião pública – observou.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) qualificou de fatos "graves" os casos do dossiê e dos grampos. Disse que o país se encontra "em regime de banditismo", com sérios riscos à democracia, uma vez que até juízes da Justiça eleitoral estariam tendo suas conversas telefônicas interceptadas.

Heráclito fez também referência a recente diálogo que teria havido entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e um grande empresário de São Paulo, segundo artigo do jornalista Elio



Heráclito vê em suposta declaração de Lula tendência ao autoritarismo

Gaspari. Lula teria feito um desafo e dito "que não lhe desperdassem o demônio dentro dele". O senador advertiu que, nessa declaração, há clara tendência de retorno ao autoritarismo.

– Nos mínimos detalhes, nas pequenas oportunidades, o governo se mostra autoritário, arma usada por governos fracos de estrutura para esconder mazelas, atos de corrupção, atos de arbitrariedade dentro de seu bojo – destacou Heráclito.

O parlamentar criticou ainda o que classificou como "descaso" do governo federal em relação aos municípios brasileiros, espe-

cialmente pelo contingenciamento de recursos do Orçamento e pela não-ampliação do Fundo de Participação dos Municípios.

– O atual governo tem a prática de fazer bingo da reputação dos municípios – reclamou ele, referindo-se ao sistema de sorteio para verificação da regularidade das contas das prefeituras como um sistema meramente punitivo e não, de fato, fiscalizador.

Pesar

Heráclito Fortes apresentou requerimento para inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências ao Ministério das Relações Exteriores, à Assembléia Legislativa do estado do Piauí e aos familiares do embaixador Aluizio Napoleão de Freitas Rego, que faleceu no dia 14. O senador assinalou que o diplomata "era conhecido pela polidez e profundo conhecimento intelectual, mas também pela dedicação ao país, amor ao Piauí e apego à cultura, revelando-se um extraordinário escritor e notabilizando-se como um dos mais importantes biógrafos de Santos Dumont e do Barão do Rio Branco".

José Jorge quer divulgação de foto do dinheiro apreendido pela PF

José Jorge (PFL-PE) apelou, da tribuna, ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e ao diretor-geral da Polícia Federal (PF), Paulo Lacerda, para que seja divulgada a foto dos R\$ 1,7 milhão supostamente usados por pessoas ligadas ao PT para compra de um dossiê com denúncias contra José Serra, candidato do PSDB ao governo de São Paulo. O senador pediu ao Tribunal Superior Eleitoral que participe da investigação, pois, a seu ver, estaria evidenciada uma interferência do governo no processo eleitoral.

A hipótese levantada pelo parlamentar foi motivada por declarações do policial federal aposentado Gedimar Pereira Passos, preso junto com o empresário Valdebran Padilha – filiado ao PT e arrecadador de fundos de campanha em Mato Grosso – em um hotel de São Paulo. Segundo

reportagem do *Jornal Hoje*, da Rede Globo, Gedimar Pereira teria apontado o assessor especial da Secretaria da Presidência da República, Freud Godoy, como mandante da compra do dossiê.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) reforçou o apelo pela divulgação da foto do dinheiro apreendido pela PF e comentou que, a cada nova denúncia contra o PT e o governo Luiz Inácio Lula da Silva, "há sempre um hóspede do Palácio do Planalto envolvido".

Fechamento do Congresso

José Jorge condenou ainda a declaração pelo fechamento do Congresso atribuída ao presidente Lula na nota "Demônio golpista", publicada na coluna de Elio Gaspari no jornal *Folha de S. Paulo* do último domingo. Apesar de o porta-voz da Presidência da República, André Singer, ter



José Jorge aponta interferência do governo no processo eleitoral

divulgado nota à imprensa negando que o presidente Lula tenha feito tal afirmação, o senador por Pernambuco pretende consultar empresários presentes ao jantar onde o comentário teria sido feito, para saber se procede ou não a denúncia.

No caso de outros convivas confirmarem a nota de Elio Gaspari, José Jorge acredita que o episódio deve ser levado ao Conselho da República, instância que teria o dever de "defender o país de tentativas golpistas".

Mesquita Júnior acredita que haverá segundo turno no Acre

Em discurso da tribuna, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse ontem que as eleições no estado do Acre vão para o segundo turno, ao contrário do que estão divulgando veículos de comunicação locais.

O senador afirmou que os acreanos valorizam a alternância de poder e oferecem, de tempos em tempos, oportunidade a diferentes grupos políticos de gerirem o interesse público. Essa vontade, conforme observou, estaria se manifestando.

– A alternância de poder é um dos pilares fundamentais da democracia. Não fosse isso, seria melhor decretar o fim dos processos eleitorais – afirmou o parlamentar.

Mesquita Júnior criticou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que teria se voltado contra esse princípio ao atemorizar a população, afirmando que aqueles que concorrem com ele nas eleições destruiriam tudo o que ele construiu. Para o senador, isso é "terrorismo político".

– O Brasil já é bem grandinho. Temos maturidade para não admitir esse tipo de coisa – disse.

Cultura popular

Mesquita Júnior comentou



Acreanos valorizam a alternância no poder, afirma Mesquita Júnior

ainda a realização, nesse fim de semana, em Brasília, do 2º Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, paralelo ao 2º Encontro Sul-Americano das Culturas Populares, sob a coordenação do Ministério da Cultura.

O parlamentar destacou a importância da consolidação da cultura como centro das ações de políticas públicas do Estado e defendeu a incorporação da cultura popular, da cultura regional e do folclore aos processos formais de educação.

– A cultura popular tende a desaparecer se não for revigorada. Por isso, é necessário que o Senado dialogue com essa cultura – advertiu Mesquita Júnior.

Proposta permite ao governo empregar jovem em área técnica

Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Geraldo Mesquita Júnior que permite ao governo admitir jovens de 16 a 24 anos de idade em serviços na área técnica e de extensão rural.

Pela proposição (PEC 25/06), os jovens serão admitidos por tempo determinado, via processo seletivo público simplificado. Para tanto, devem residir há mais de cinco anos nas comunidades rurais em que irão trabalhar.

De acordo com a proposta, os jovens que forem selecionados passarão por um rigoroso treinamento de capacitação. Com isso, argumenta Mesquita Júnior, "eles estarão aptos a desenvolver, no presente e no futuro, tarefas de assistência técnica e extensão rural, além de levarem conhecimento a milhares de brasileiros nas áreas de agricultura familiar, pecuária, pesca e extrativismo".

A PEC acrescenta, na Constituição, parágrafo ao artigo 187, que trata da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.